



Ministério da Educação
Universidade Federal de Alfenas
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Bairro centro, Alfenas/MG - CEP 37130-001
Telefone: (35) 3701-9102, 3701-9103 - <http://www.unifal-mg.edu.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23087.017971/2021-14

Dispensa de Licitação - Lei 14.133/2021, art. 75, II

Pagamento de Guia Documento de Arrecadação Estadual - DAE, referente à Taxa de Segurança Pública de Análise do Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico-PSCIP do *Campus* de Varginha

1 OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem como finalidade o pagamento da Guia Documento de Arrecadação Estadual - DAE (SEI 0990132), referente à Taxa de Segurança Pública de Análise do Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico-PSCIP do *Campus* de Varginha, para atendimento às necessidade da Coordenadoria de Projetos e Obras da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional - PROPLAN da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG.

1.2 Descrição do item e quantidade:

SIGE	Item	Descrição	UN	Qtd.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
142490	1	Pagamento do DAE - Documento de Arrecadação Estadual. Pagamento da Guia Documento de Arrecadação Estadual - DAE (SEI 0990132), referente à Taxa de Segurança Pública de Análise do Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico-PSCIP do Campus de Varginha ao ESTADO DE MINAS GERAIS - Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG.	serv.	1	1.475,34	1.475,34
TOTAL						1.475,34

2 DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 As especificações contidas neste Termo de Referência em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes no Aviso divulgado no sítio www.comprasnet.gov.br. Em caso de divergência nas especificações, prevalecerão as deste Termo de Referência, dos avisos e esclarecimentos lançados no Comprasnet.

2.2 A Contratada deverá manter sua Regularidade Fiscal Federal e a Regularidade Trabalhista válidas bem como Relatório do TCU das Certidões: CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CGU), CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ), Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados (TCU) e CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas demonstrando que a empresa não possui nenhum impedimento.

2.2.1. Poderão ser solicitadas, no momento da habilitação da contratação, as Certidões Estadual e Municipal.

3 FUNDAMENTO LEGAL

3.1 A contratação de Pessoa Jurídica para atendimento ao objeto deste Termo de Referência tem amparo legal na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como nas demais legislações específicas.

4 JUSTIFICATIVA

4.1 Justifica-se a necessidade de pagamento da Guia Documento de Arrecadação Estadual - DAE, referente à Taxa de Segurança Pública de Análise do Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico-PSCIP do Campus de Varginha ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG (SEI 0990132), tendo em vista que:

Considerando que a Coordenadoria de Projetos e Obras realizou mudanças no Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico-PSCIP do Campus de Varginha, anteriormente aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, decorrentes de novas exigências do órgão;

Considerando que a Unifal-MG pleiteou a concessão de isenção do pagamento da taxa de segurança pública na data 28/04/2023, OFÍCIO Nº 145/2023/CPO/PROPLAN/Reitoria/UNIFAL-MG (0983589), nos termos da alínea "a" do inciso X do art. 27 do Decreto nº 38.886/1997 do Estado de Minas Gerais (<https://tinyurl.com/Decreto38886-EstadoMG>) que prevê que será concedida a isenção para atender aos interesse da União, desde que esta não exija do Estado de Minas Gerais, suas autarquias e fundações, o pagamento de taxas; e,

Considerando que o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais indeferiu o pedido de isenção, com base no Memorando SEF/SUTRI/DOLT nº 18/2022 (0990131), em decorrência de taxas pagas à União, fulminando o preenchimento da hipótese legal.

5. VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL

5.1 O valor da Guia Documento de Arrecadação Estadual - DAE é de **R\$1.475,34 (um mil quatrocentos e setenta e cinco reais e trinta e quatro centavos)**.

5.2 Foi juntado aos autos tela extraída do sítio eletrônico do ESTADO DE MINAS GERAIS - Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG (SEI 0995486), link <https://www.bombeiros.mg.gov.br/valoresservicos> (acesso em 18 mai. 2023), em que consta as diretrizes de cálculo da Taxa de Segurança Pública de Análise do Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico-PSCIP.

5.3 Em pesquisa realizada junto ao Portal do Banco de Preços não localizou-se pagamento de mesma natureza realizado por outros órgãos públicos, conforme Relatório anexo aos autos do presente processo (SEI 0996835).

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Trata-se de pagamento de Guia Documento de Arrecadação Estadual - DAE, por Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

Seção III

Da Dispensa de Licitação

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; ~~[\(Vide Decreto nº 10.922, de 2021\)](#)~~ ~~[\(Vigência\)](#)~~ [\(Vide Decreto nº 11.317, de 2022\)](#) [Vigência](#)

7. PAGAMENTO DO DAE - DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL

7.1 Pagamento da Guia Documento de Arrecadação Estadual - DAE (SEI 0990132), referente à Taxa de Segurança Pública de Análise do Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico-PSCIP do Campus de Varginha ao ESTADO DE MINAS GERAIS - Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG.

8 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

8.1 Os recursos para atendimento ao objeto do presente Termo de Referência, possuem disponibilidade orçamentária, conforme despacho da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional.

9 DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a realização do evento e pela apresentação do documento fiscal, desde que atendidas às exigências deste Termo de Referência e o disposto no item 8.8 da Instrução Normativa nº 05, de 21/07/95, do

Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, mediante crédito em Conta corrente bancária da DA EMPRESA CONTRATADA, através do Banco do Brasil S/A.

9.2 O documento Fiscal terá que ser emitido obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado para a Habilitação, não se admitindo documento Fiscal emitido com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.

9.3 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência.

9.4 Constatando-se alguma situação de irregularidade fiscal da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.5 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.6 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.7 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

9.8 Considerar-se-á como último dia útil para pagamento, o de emissão da respectiva Ordem Bancária pelo SIAFI (Sistema da administração Financeira do Governo Federal).

9.9 No pagamento serão observadas as retenções, de acordo com a legislação e normas vigentes, no âmbito da União, Estado e Município.

9.10 Poderá ser deduzido do documento Fiscal o valor de multa aplicada.

9.11 Nenhum pagamento será efetuado à PROPONENTE VENCEDORA enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- a)** Manter, durante a vigência contratual, todas as condições demonstradas para habilitação, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas;
- b)** Acusar o recebimento da nota de empenho/pagamento da Guia;
- d)** Todos os dispositivos deste Termo de Referência deverão ser seguidos rigorosamente.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 A UNIFAL-MG obriga-se a:

- a)** solicitar a execução do(s) serviço(s) conforme previstos neste termo de referência;
- b)** efetuar o pagamento à CONTRATADA;
- c)** observar para que, durante a prestação dos serviços, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida no termo, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- d)** acompanhar e fiscalizar a perfeita execução dos serviços.

12 MEDIDAS ACAUTELADORAS

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, conforme artigo 155 e incisos, o fornecedor/adjudicatário que:

- 13.1.1** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.1.2** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3** Dar causa à inexecução total do contrato;
- 13.1.4** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.1.5** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.1.6** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.7** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 13.1.8** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar

declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.12 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.2 O fornecedor/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas da Lei 14.133/2021, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções previstas no artigo 156 e incisos da Lei 14.133/2021:

13.2.1 Advertência;

13.2.2 Multa:

13.2.2.1 multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), calculada sobre o valor remanescente do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 15 (quinze) dias úteis de atraso na entrega do material caracterizando inexecução parcial; e

13.2.2.2 compensatória no valor de 10% (dez por cento), sobre o valor remanescente do contrato.

13.2.3 Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos;

13.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3 Na aplicação das sanções serão considerados, artigo 156, § 1º e incisos da Lei 14.133/2021:

13.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

13.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 A Nota de Empenho terá força de contrato, conforme prevê o art. 95 da Lei nº

Alfenas, 19 de maio de 2023.

JOSÉ MÁRIO BARBOSA ALVES
Coordenador de Projetos e Obras - CPO
PROPLAN
UNIFAL-MG



Documento assinado eletronicamente por **José Mário Barbosa Alves, Coordenador de Projetos e Obras**, em 19/05/2023, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0996903** e o código CRC **5E60B918**.
